



PLANO DE ENSINO

Código: EP440 - 120 HORAS	CURRÍCULO: 1996 / 2009
Disciplina: PRÁTICA PEDAGÓGICA IV (D) - ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO NA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	
Professor(a): ANDRÉA BARBOSA GOUVEIA CARMEM DE SÁ BRITO SIGWALT LEILA JULIETTE KALLÓ MARIA CÉLIA BARBOSA AIRES MARIA MADSELVA FERREIRA FEIGES REGINA CELY DE CAMPOS RICARDO ANTUNES DE SÁ SÔNIA MARIA GUARIZA DE A . MIRANDA	
Ementa: O trabalho pedagógico escolar como princípio educativo na formação do pedagogo: caracterização e estudo crítico da dinâmica do processo pedagógico na escola em sua perspectiva teórico-prática; construção das categorias de análises necessárias para o desenvolvimento da ação do pedagogo, elaboração e aplicação de projetos de intervenção.	
Programa: <ol style="list-style-type: none">1. Concepção de Estágio:<ol style="list-style-type: none">1.1. Pesquisa qualitativa em educação.1.2. Estágio enquanto práxis.2. Concepção de Educação:<ol style="list-style-type: none">2.1. Trabalho material e trabalho não-material.2.2. O trabalho como princípio educativo.2.3. A educação escolar como forma dominante de educação.3. Projeto Político Pedagógico – Gestão Escolar:<ol style="list-style-type: none">3.1. O caráter político da gestão escolar democrática.3.2. Improriedade do modelo empresarial para a organização da escola.3.3. A função social e política da gestão colegiada e da decisão coletiva.3.4. O trabalho e a qualificação de professores.4. Currículo:<ol style="list-style-type: none">4.1. Objeto da educação escolar – seleção e organização de conhecimentos essenciais para a construção da cidadania e socialização do saber científico.4.2. Indissociabilidade entre conteúdo/metodologia/avaliação.4.3. As especificidades dos ensinos fundamental, médio, educação de jovens e adultos e educação profissional.4.4. O professor como mediador diretivo entre o conhecimento científico e o aluno.5. O papel do pedagogo:<ol style="list-style-type: none">5.1. O pedagogo unitário como articulador do processo curricular.5.2. A especificidade da escola e o trabalho do pedagogo.	

Objetivos:

1. Oportunizar situações de aprendizagem teórico-práticas sobre a realidade escolar.
2. Superar uma leitura do senso comum acerca da realidade social, econômica, política, científica e educacional do campo de estágio.
3. Possibilitar uma compreensão crítica e global da realidade escolar, na perspectiva da formação do pedagogo.
4. Reafirmar a unidade teórico-prática na formação do pedagogo, em articulação com a disciplina Organização do Trabalho Pedagógico.
5. Contribuir para a formação de pedagogos capazes de construir uma nova prática pedagógica, comprometida com os princípios democráticos.
6. Oferecer subsídios para o diagnóstico dos cursos de graduação da Universidade Federal do Paraná.

Metodologia:

Entende-se que o Estágio Supervisionado Obrigatório na formação do pedagogo constitui-se numa situação de aprendizagem, como momento privilegiado de reflexão, compreensão da realidade escolar, de seus determinantes e possibilidades históricas de vir a ser. Estas são condições essenciais para que esse profissional, após formado, possa pensar e intervir na organização escolar, no que se refere à sua gestão política, administrativa e pedagógica, na direção de uma escola democrática.

A metodologia do estágio sustenta-se em três princípios:

1. O domínio do objeto da ciência da educação:

O aluno deverá estabelecer relações entre os conteúdos tratados nas disciplinas de fundamentação de seu curso com as manifestações da realidade captadas no campo de estágio. Dessa forma, entende-se que ao professor-supervisor de estágio cabe orientar os alunos tanto para a coleta de dados, de diferentes formas, que possibilitem a captação das manifestações dos determinantes externos e internos da prática pedagógica realizada na escola, como de orientações bibliográficas que os auxiliem na leitura desses dados. Nesta fase, pretende-se que o aluno-estagiário desenvolva a capacidade de ler crítica e sistematicamente as manifestações de uma prática educativa superando a leitura de senso comum, conferindo-lhe conteúdo, ou seja que ele possa compreender as manifestações do real a partir do conjunto das discussões dos conteúdos das várias ciências que contribuem para a explicação da relação educação/sociedade.

2. A capacidade de ler e expressar organizadamente as manifestações concretas de uma prática pedagógica determinada:

A construção da leitura do real e a expressão organizada dessa leitura não se fazem em momentos estanques, embora seja necessário orientá-la, o que requer o exercício da reflexão dos dados relativos à manifestação do real frente a um corpo teórico tanto da parte do professor-supervisor quanto do aluno-estagiário, sendo que cabe ao primeiro exercitar tal reflexão com os alunos para que eles possam ir compreendendo o movimento da teoria à prática e desta à teoria. O aluno deverá dar expressão elaborada às reflexões que em conjunto com seus colegas e professor-supervisor vêm realizando. É fundamental que as sínteses elaboradas pelos alunos se expressem de forma organizada, sistemática, buscando-se com isso introduzi-lo na prática de sistematização à sua formação intelectual.

3. A capacidade de organização da ação educativa no contexto de uma determinada prática pedagógica:

Ao mesmo tempo em que o aluno-estagiário elabora a expressão de sua leitura das manifestações concretas da prática pedagógica realizada no campo de estágio, deve ser estimulado a refletir sobre quais caminhos são possíveis, no contexto daquela prática, de enfrentamento de seus limites imediatos e mediatos. Ou seja, ao apreender o concreto-real pelo pensamento, o conceito

pensado, representa uma apreensão sempre precária porque passível de ser ampliada e aprofundada. Importa elaborar uma proposta de enfrentamento dos limites presentes na prática pedagógica na qual se insere, ainda que sob os limites da condição de estagiário. Nesta medida torna-se claro que o aluno não vai “apreender” na escola o que deve fazer como profissional, ele utiliza-se da reflexão sobre a prática realizada na escola para ampliar e aprofundar sua compreensão do que os profissionais que atuam nela devem perseguir para a consecução de sua finalidade histórica, de sua especificidade.

Não significa construir qualquer proposta e delimitar o que pode ser realizado no momento do estágio, importa articular uma proposta a partir da definição de prioridades e das exigências impostas pela prática que vem sendo realizada no campo de estágio, estabelecendo ações de curto, médio e longo prazos que objetivem o enfrentamento dos limites nela presentes. Cabe aos profissionais da escola analisar, discutir e assumir ou não tais proposições. Para o aluno-estagiário importa desenvolver tais capacidades tendo em vista sua formação profissional.

A partir desses princípios serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- leitura e discussão de textos que fundamentem a análise do processo pedagógico desenvolvido na escola de estágio, em articulação com a disciplina Organização do Trabalho Pedagógico.
- Coleta de dados que possibilitem a captação das manifestações dos determinantes externos e internos do processo pedagógico da escola de estágio. Para tal coleta sugere-se a seguinte relação de itens:

Caracterização do Campo de Estágio:

1. História da Escola.
2. Denominação (nome da Escola no ato de criação e alterações ocorridas se for o caso).
3. Localização (endereço completo, CEP, telefone, Fax, etc...).
4. Regimento Interno/Estrutura Funcional real (detalhamento de cargos/funções/atribuições propostos no Regimento e os realmente existentes).
5. Manutenção (Estado,, Município, Órgãos Cooperadores com suas respectivas responsabilidades).
6. Espaço Físico em todos os seus aspectos (características e destinações).
7. Oferta de modalidades educacionais (estrutura dos graus, cursos, atividades extra-curriculares, etc...).
8. Corpo discente (detalhamento desse segmento da comunidade escolar dentro das modalidades ofertadas pelo estabelecimento, bem como sistematização dos dados obtidos em sondagem feita pelos alunos estagiários através de instrumentos de sondagem construídos pelos mesmos, objetivando apreender as percepções, representações e tendências de interpretação dos alunos da escola sobre o processo curricular, suas relações com o contexto externo, etc...).
9. Organização do trabalho educativo (as explicitações das relações conteúdo / metodologia / avaliação de todos os setores da escola, desde as funções técnico-administrativas até a sala de aula):
 - planos de cursos, programas das áreas e/ou disciplinas.
 - Metodologias de execução.
 - Formas de registro de desempenho das funções.
 - Avaliação da instituição como um todo:
 - dos profissionais das equipes administrativa e pedagógica.
 - do processo de ensino-aprendizagem (modalidades de avaliação de desempenho dos alunos, como provas, trabalhos, periodicidade, Conselho de Classe, resultados, etc...)
 - modalidades de avaliação do desempenho dos professores.

- Modalidades de avaliação do processo curricular como um todo, visando tomadas de decisão e reformulações.
- Qualificação dos profissionais (situações que de fato ocorreram).

10. Corpo docente:

Corpo docente e equipes pedagógica e administrativa (Situação real levantada; número de profissionais por áreas, disciplina, etc... relações habilitação/função, bem como sistematização dos dados coletados através de instrumentos de sondagem construídos pelos alunos-estagiários.).

Avaliação:

Para a avaliação do aluno-estagiário serão considerados:

1. Resultados percentuais de frequência:

- Nos encontros coletivos, incluindo-se seminários e palestras promovidos pela disciplina.
- Nos atendimentos à equipe feitos pela professora-supervisora de estágio, seja no campo de estágio, seja na UFPR.
- Nas atividades regulares no campo de estágio.

2. Avaliação da aprendizagem:

Embora o trabalho de estágio seja desenvolvido em equipes, as avaliações serão em equipes e individuais, sendo considerados os aspectos teórico-práticos, análises e problematizações dos dados coletados dos campos de estágios, auto-avaliações e avaliação da orientação de estágio recebida.

3. Qualidade do documento final, contendo as sistematizações construídas, tomando-se como referência para sua análise a participação do aluno durante todo o processo.

Bibliografia:

1. Concepção de estágio

1.1. Função social da universidade

1.2. Pesquisa em educação

1.3. Estágio enquanto práxis

1.4. Princípios orientadores do estágio

ALMEIDA, Jane S. de Estágio supervisionado em prática de ensino – relevância para a formação ou mera atividade curricular? Revista ANDE, São Paulo, ano 13, n. 20, p. 39-42, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues(org.). Repensado a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COE, Proposta preliminar para regulamentação dos estágios e das práticas de ensino no Setor de Educação. Curitiba, UFPR, Setor de Educação. (mimeo)

DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas, 1983.

FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortes/Autores Associados, 1989.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1998.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1990.

KUENZER, Acácia Zeneida. Estágio Curricular: um momento de integração entre teoria e prática, subsídios à reflexão. In: UFPR: A política de estágios na UFPR. Curitiba, UFPR, PROGRAD, 1993, p. 118-131.

LUDKE, Menga. Pesquisa qualitativa. Curitiba, UFPR, Setor de Educação, 1994. (vídeo)

MELLO, Guiomar Namó de. Pesquisa em educação: questões teóricas de método. In: GATTI,

Bernadete (org.). Alternativas metodológicas para a pesquisa educacional: conhecimento e realidade. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, (40): 06-10, fev. 1982.

PIRES FILHO, Fernando Molinos. A formação profissional em debate: os estágios profissionalizantes. In: UFPR: A política de estágios na UFPR, Curitiba, UFPR, PROGRAD, 1993, p. 33-41.

SAVIANI, Dermeval. A filosofia do educador: In: _____. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986, p. 17-30.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Biblioteca Central. Normas para apresentação de trabalhos, 2ª edição. Curitiba: Ed. da UFPR, 1992.

VASQUEZ, Adolfo Sánches. Filosofia da práxis, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

MONTEIRO, Regina Clare. A pesquisa qualitativa como opção metodológica. Campinas, São Paulo, PROPOSIÇÕES- Ver. Quadrimestral da Faculdade de Educação/UNICAMP, Ed. Cortez, n. 5. Agosto, 1991. P. 27-34.

2. Concepções de Educação

BETTI, Graciela. Escuela, educacion y pedagogia en Gramsci. Barcelona: Martines Roca, 1981.

BRANDÃO, Zaia (org.). Democratização da educação: meta ou mito? Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

FIDALGO, F. S. e MACHADO, L. R. S. Controle da Qualidade Total - uma nova pedagogia do capital. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1994.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

LEFÈBVRE, Henri. Lógica Formal/Lógica Dialética. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LEFÈBVRE, Henri. O Método Dialético In: O Marxismo. Rio de Janeiro: DIFEL 5ª edição, 1979, p. 23-33.

MANACORDA, Mario Alighiero. Marx e a pedagogia moderna. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

MELLO, Guiomar Namó de. Democratização do ensino: boa escola para todos. In: _____. Educação: paixão, pensamento e prática. São Paulo: Cortez/Autores Associados, p. 29-38, 1986.

NOSELLA, Paolo A. A escola de Gramsci. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

RODRIGUES, Neidson. A função política e social da escola. In: _____. Lições do príncipe e outras lições. 3ª edição, São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984, p. 69-87.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez, 1988.

SAVIANI, Dermeval. Educação e questões da atualidade. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990.

SAVIANI, Dermeval. Tendências e correntes da educação brasileira. In: MENDES, Durmeval Trigueiro et al. Filosofia da educação brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 39-47, 1991.

SPÓSITO, Marília P. Escola pública e movimentos sociais. Revista ANDE, São Paulo, ano 4, n.7. p. 15-20, 1984.

3. Educação, Trabalho e Aluno Trabalhador

ARROYO, Miguel. Trabalho, educação, escola, LDB. Revista de Educação, APEOESP, São Paulo, n. 4, p.4-12, set. 1989.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista – a degradação do trabalho no século XX. 3ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CARVALHO, Célia P. de et al. O ensino noturno: conquista, problema ou solução? Cadernos CEDES. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

ENCA, S. Cursos noturnos, a pobre escolarização dos que trabalham. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.43, p. 37-41, nov. 1982.

ENGUITA, Mariano. Trabalho, escola e ideologia. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FRANCO, Luiz Antonio Carvalho. Escola e mercado de trabalho. Revista ANDE, São Paulo, n.5, p. 55-57, 1977.

ILÁVA, R. & NOGUEIRA, M. A escola pública e o desafio do ensino noturno. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

KUENZER, Acácia Zeneida. Ensino de 2º grau – o trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.

KUENZER, Acácia Zeneida. O aluno trabalhador e o ensino profissionalizante. Bimestre, São Paulo, n. 28, p.16-20, out. 1986.

MACHADO, Lucília R. S. Cidadania e trabalho no ensino de 2º grau. Em Aberto, Brasília, ano 4, n. 28, p. 35-38, out/dez. 1985.

PUCCI, Bruno e SGUISSARDI, Valdemar. A qualidade do ensino para os alunos trabalha-dores. Em Aberto, Brasília, ano 8, n. 44, p. 9-22, out/dez. 1989.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias. In: FERRETI, Celso. Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 146-163, 1994.

SAVIANI, Dermeval. Repensando a relação escola-trabalho. Revista de Educação, APEOESP, São Paulo, n.4, p. 13-16, set. 1989.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Trabalho, educação e prática social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

SNYDERS, Georges. A dupla face do rosto do proletariado. In: _____. Escola, classe e luta de classes. Lisboa: Moraes, p. 367-406, 1977.

ZAINKO, Maria Amélia et al. O ensino de segundo grau noturno: ou de como ignorar as necessidades do aluno trabalhador. Em Aberto, Brasília, ano 8, n.41, p. 21-27, jan/mar. 1989.

4. Educação Básica de Jovens e Adultos (ensino supletivo)

LELLA, Cayetano de. Educação de adultos: a desmitificação necessária. Revista ANDE, São Paulo, ano 6, n.12, p. 33-38, 1987.

MAMMARELA, Rosetta. Educação de adultos e a legalização da marginalidade escolar: o que a realidade da escola mostra. Revista Educação e Sociedade, São Paulo, ano X, n.8, p. 91-103, agost. 1989.

PARANA, SEED. Caderno de alfabetização para o professor. Educação de Adultos. Abr. 1990.

PARANA, SEED. Currículo básico de educação de jovens e adultos: fase III (segundo grau), 1991.

PARANA, SEED. Currículo básico de educação de jovens e Adultos: fase I e II. Agost. 1989.

PERROTA, Carmem. Educação de adultos: o atendimento necessário. Revista ANDE, São Paulo, ano 8, n.14, p.46-50, 1989.

PINTO, Alvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos. São Paulo: Cortez/Autores

Associados, 1984, p. 59-67.

5. A organização da ação escolar

5.1. Gestão da escola

ARROYO, Miguel. Administração da educação: poder e participação. Revista Educação e Sociedade, São Paulo, n.2, p. 37-46, 1979.

D'ANTOLA, Arlete et al. Disciplina na Escola – autoridade versus autoritarismo. São Paulo: EPU, 1989.

FÓRUM PARANAENSE EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA. Relatório da VI Sessão Plenária. Gestão Democrática. Guarapuava, jun. 1991.

FÓRUM PARANAENSE EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA. Relatório da VIII Sessão Plenária. Regimento escolar: algumas considerações sobre seu conteúdo. Curitiba, dez. 1992.

FRANCO, Luiz Antônio Carvalho. A disciplina na Escola. Revista ANDE, São Paulo, n. 11, p.62-67, 1986.

JORNAL QUADRO NEGRO. Brasília: SINPRO, 1995.

PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

PARO, Vitor Henrique. A administração de escolas de primeiro e segundo graus e a natureza do processo e produção pedagógico. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 59, p. 27-31, nov. 1986.

PARO, Vitor Henrique. A utopia da gestão democrática. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 60, p. 51-53, fev. 1987.

PASSOS, Inah; CARVALHO, Marília & SILVA, Zoraide I. Uma experiência de gestão colegiada. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 66, p. 81-94, 1988.

PRAIS, Maria de Lourdes Melo. Administração Colegiada: evidências sobre a prática. 2ª edição. Campinas: Papyrus, 1992, p. 63-80.

PRAIS, Maria de Lourdes Melo. O sentido pedagógico da administração colegiada. In: VEIGA, Ilma et al. Escola Fundamental: currículo e ensino. Campinas: Papyrus, p. 39-74, 1991.

RODRIGUES, Neidson. Colegiado, instrumento de democratização. Revista Brasileira de Administração da Educação, Porto Alegre, v. 3, n.1, p. 72-79, jan/jun. 1985.

SAVIANI, Dermeval. O papel do diretor de escola numa sociedade em crise. In: _____. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez/Autores/Associados, 1986, p. 189-191.

SPÓSITO, Marília Pontes. Sistema de ensino e gestão democrática. Anais do CEPERS, Porto Alegre, 1989, p. 45-51.

5.2. Projeto político-pedagógico

FUSARI, José Cerchi. O planejamento educacional e a prática dos educadores. Revista ANDE, São Paulo, n. 8, p. 33-35, 1984.

FUSARI, José Cerchi. O planejamento do trabalho pedagógico: algumas indagações e tentativas de respostas, S/d (mimeo).

GRACINDO, Regina Vinhais. O Projeto político-pedagógico da escola. Projeto de Extensão Universitária: Alegria na Escola. Paranaguá, UFPR, julho 1995 (vídeo).

NERY, Alfredina et al. Biblioteca escolar: estrutura e funcionamento. São Paulo: Loyola, 1989.

PIMENTA, Selma Garrido. A organização do trabalho na escola. Revista ANDE, São Paulo, n. 11, p. 29-34, 1986.

PIMENTA, Selma Garrido. A construção do projeto político pedagógico na escola de 1º Grau.

Revista Idéias, n. 8, FNDE, p. 17-24, 1992.

RAYS, OSVALDO Alonso. Planejamento de ensino: um ato político-pedagógico. Recife, IV Encontro nacional de didática e prática de ensino, Recife, 1986 (mimeo).

SOARES, Magda Becker. O Fracasso da/na escola. In: Linguagem e escola: perspectiva social. São Paulo: Ática, p. 8-17, 1990.

5.3. Currículo

DALBEN, Angela I. L. de F. Trabalho escolar e conselho de classe. Campinas, SP: Papyrus, 1992.

DALBEN, Angela I. L. de F. O currículo escolar e a realidade do cotidiano. Revista Educação. Belo Horizonte, n. 15, p. 30-33, jun. 1992.

FARIA, Ana Lúcia G. de. Ideologia no livro didático. 6ª edição. São Paulo.

GAMA, Zacarias Jaegger. Avaliação na escola de 2º Grau. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

LIBANEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano C. Avaliação educacional: para além do autoritarismo. In: _____. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, p. 27-47, 1995.

LUCKESI, Cipriano C. A avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1995.

MELLO, Guiomar Namó de. Fatores intra-escolares como mecanismos de seletividade no ensino de primeiro grau. Revista Educação e Sociedade, São Paulo, n.2, p. 70-77, jan. 1979.

MOYSÉS, Maria Aparecida A. & LIMA, Gerson Zanetta de. Desnutrição e fracasso escolar, uma relação tão simples? Revista ANDE, São Paulo, ano 1, n.5, p. 57-60, 1982.

OLIVEIRA, Betty A. & DUARTE, Newton. A prática social global como ponto de partida e de chegada da prática educativa. In: _____. Socialização do saber escolar. 2ª edição, São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986, p. 91-104.

PATTO, Maria Helena Souza. A criança da escola pública: deficiente, diferente ou mal trabalhada. São Paulo, 1985 (mimeo).

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

PINO, Angel. Escola e cidadania: apropriação do conhecimento e exercício da cidadania. In: _____ et al. Sociedade Civil e Educação, São Paulo: Papyrus, p. 15-25, 1992.

ROCHA, Any Dutra C. da. Conselho de classe: burocratização ou participação? Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

ROSENBERG, Lia. O fracasso escolar: de quem é a culpa? In: _____. Educação e Desigualdade Social. São Paulo: Loyola, p. 17-30, 1984.

VIAL, Monique. Um desafio à democratização do ensino: o fracasso escolar. In: BRANDÃO, Zaia. Democratização do ensino: meta ou mito? Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 11-23, 1979.

5.4. Papel do pedagogo

FREITAS, Luiz Carlos de. A especificidade da educação e a formação do pedagogo. Anais da IV CBE. São Paulo: Cortez, p. 455-471, 1986.

KAWASHITA, Nobuko. A orientação educacional: permanência ou mudança? 4ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 59-70, 1991.

MAPEOU, Y. O orientador educacional e sua integração com os demais educadores. Revista Prospectiva. São Paulo, n. 16, p. 35-38, 1987.

MURAMOTO, Helenice Maria. Supervisão da escola para que te quero? São Paulo: Iglu, 1991.

UFPR, Proposta de reformulação do currículo do Curso de Pedagogia, Curitiba: Setor de

Educação, 1995. (mimeo).

PIMENTA, Selma Garrido. A organização do trabalho na escola. Revista ANDE, ano 11, p. 29-34, 1986.

PIMENTA, Selma Garrido. O Pedagogo na escola pública. São Paulo: Loyola, 1991.

PIMENTA, Selma Garrido. Orientador educacional ou pedagogo. Revista ANDE, ano 5, n. 9, p. 28-38, 1985.

PIMENTA, Selma Garrido. A orientação educacional e o planejamento. In: NEVES, Maria Aparecida M. et al. A orientação educacional: permanência ou mudança? 4ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 71-88, 1991.

SAVIANI, Dermeval. O sentido da pedagogia e o papel do pedagogo. Revista ANDE, São Paulo, ano 5, n.9, p. 27-28, 1985.

SILVA, Celestino. A supervisão e o ensino. Revista ANDE, ano 1, n. 3, p. 39-40, 1982.

6. O trabalho e a qualificação dos professores

APPLE, Michael. Relações de classe e de gênero e modificações no processo de trabalho docente. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 60, p. 3-14, fev. 1987.

CARDOSO, Beatriz. Trabalho em equipe: condição para o aperfeiçoamento da prática docente. Revista ANDE, São Paulo, ano 9, n.15, p. 72-77, 1990.

CUNHA, Luiz Antonio. Quem educa os educadores. Revista Educação e Sociedade. Campinas, São Paulo: Cortez, ano II, n. 5, p. 41-46, 1980.

DUARTE, N. O compromisso político do educador no ensino da matemática. Revista ANDE, São Paulo, n. 9, p. 51-54, 1985.

FRANCO, Maria Aparecida C. et al. A construção cotidiana de um perfil: - o professor de 2º Grau. Revista ANDE, São Paulo, ano 4, n.7, p. 47-52, 1984.

KRAMER, Sonia. Melhoria da qualidade do ensino: o desafio da formação de professores em serviço. 1985 (mimeo).

LIBÂNEO, José Carlos. Saber, saber ser, saber fazer: o conteúdo do fazer pedagógico. Revista ANDE, São Paulo, ano 1, n.4, p. 40-44, 1982.

MASCELANI, Maria N. Quem educa o educador: Revista Educação e Sociedade, São Paulo, n. 7, p. 123-131, 1980.

PENIN, Sonia. A burocratização do trabalho do professor ou a eterna papelada. Revista ANDE, São Paulo, ano 1, n. 4, p. 35-39, 1982.



Cláudio Martin Rocha
148199

Prof. Dr. Cláudio Martin Rocha

